

A SOCIOLOGIA COMO OFÍCIO

Antonádia Monteiro Borges*

“... o objetivo da lei e das instituições é o de assegurar que os valores e concepções dos que devem ser subjugados e submetidos à disciplina dominante não se insurjam nem façam prevalecer sua própria concepção de justiça contra os que oprimem ...” (p.184).

Não se trata de uma sociologia simples aquela defendida e praticada por José de Souza Martins na sua coletânea de artigos e entrevistas intitulada “A sociabilidade do homem simples”. Sua leitura, no entanto, faz-se rigorosamente necessária para quem busca reatar os laços entre a sociologia e os sujeitos por ela estudados. Acrescente-se a essa oportunidade o privilégio de tudo isso nos ser oferecido em páginas fartas de esperanças e experiências, alegres e tristes, como a vida.

Os textos reunidos sob esse singelo título trazem um alento para todos nós, que vemos, em meio à ruína da Universidade como lugar do pensamento não cerceado, a degeneração gradual da pesquisa sociológica propriamente dita. Nós, que alienados e dominados, homens simples que somos, fugimos de nosso verdadeiro desafio histórico – e o pior, crendo que o fazemos em nome de nossa consciência iluminista – para nos entregarmos passivamente àquele que é o canto de sereia de nossos tempos, ou seja, os ensaios impressionistas voltados à homogeneização violenta das ainda diversas formas de viver humanas.

José de Souza Martins sai em defesa de uma proposta teórica e metodológica consistente e comprometida, mesclando, de modo

* Antropóloga. Doutoranda no Departamento de Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Estudos de Sociologia

equilibrado, preceitos que para muitos já caíram no esquecimento: o rigor “positivista” e a postura “compreensiva”, “fenomenológica” e “dialética”. Tributário dos grandes clássicos da literatura sociológica, Martins em nenhum momento arroga a si próprio a autoria desse arcabouço. O autor nos ensina com seus atos. Não apenas relembra a importância da utilização de monografias etnográficas nos escritos de Durkheim, como o faz resgatando ao longo de seus textos os trabalhos atualmente anônimos da escola de sociologia da USP. E é na trilha do grande mestre Florestan Fernandes que se desenrolam a maioria de seus estudos atuais, todos eles costurados a várias mãos.

As reverências e referências feitas a clássicos nomes das ciências sociais, assim como a seus alunos de graduação que se iniciam nessas mesmas searas (como no trabalho coletivo sobre o universo onírico da classe média urbana, aqui apresentado no terceiro capítulo), não se tratam tão somente de generosidade ou elegância – atributos que não faltam ao autor, de forma alguma. Na verdade, sua concepção de consciência histórica decorre dessa relação visceral com a experiência factual. As palavras de Marx ou Lefebvre só adquirem vida – e por isso potencial revolucionário – ao passarem por outros homens e mulheres que, como ele, as irradiam em seus leitores aprendizes.

Martins aponta como aspecto da tradição popular o conservadorismo familístico. Para ele esse traço nada tem de retrógrado ou reacionário: “o conservadorismo popular é autoprotetivo e é notoriamente pré-capitalista. Ele proclama uma certa responsabilidade social do povo na preservação da sociedade e dos valores sociais mais fundamentais ...” (p.177). Martins sustenta que somente a vinculação humana com o passado, com a obra dos homens que nos antecederam, nos liberta do jugo opressor das ideologias frívolas. Uma verdadeira utopia se constitui e se realiza com base nesses pés que pisam o chão e que, caminhando, se movem. Para Martins, “o sujeito da História não [é] o indivíduo das concepções do contrato social. Mas o sujeito imortal que perdura

Antonádia Monteiro de Barros

ao longo das gerações no trabalho e na consciência de filhos e netos” (p.137).

É desse modo que essa obra se soma às mais recentes produções do autor acerca do desafio compreensivo que é a vida cotidiana na modernidade. Vida cotidiana e modernidade, Martins faz questão de enfatizar, não se tratam de conceitos, mas de *processos*, que são definidos ao longo dos textos com precisão e clareza “clássicas”: ambos frutos diretos do modo de produção em que o trabalho alienado subtrai de sentido a própria existência humana. Por ser a própria sociedade moderna “mediada pela cotidianidade”, uma *sociologia do cotidiano* se justifica e se impõe (p.102).

Tanto os cinco artigos que compõem a primeira parte do livro quanto as duas entrevistas finais já foram publicados em outras obras. No entanto, por versarem sobre temas afins, sua reunião nesse volume nos oferece uma feliz oportunidade, não só de compreensão da produção desse autor, mas do estado atual da reflexão em ciências sociais no Brasil e além.

Como sóiser, a construção dialética do texto nos confronta com um estilo progressivo e por vezes paradoxal de escrita. Com a leitura de um parágrafo isolado podemos ter uma visão não apenas parcelar, mas equivocada da totalidade que é essa coletânea. Não há fórmulas prontas ao longo dos textos. Cada passagem se acrescenta da próxima e estas serão subtraídas quando da aparição de uma outra terceira, mais sintética e por isso apenas compreensível por já termos trilhado o caminho anterior. O autor nos enreda, nos faz mergulhar em sua reflexão mais profunda, nos faz razoar complexamente sobre algo tão complexo como o é a sociabilidade do homem simples.

E não é casual esse estilo. Trata-se de uma opção mimética da própria construção sociológica da compreensão. Contra uma sociologia parcelar que só serve de instrumento para a tão em voga “engenharia social”, essa forma de dispor em palavras o percurso da própria investigação recupera o leitor como sujeito de

Estudos de Sociologia

conhecimento. Martins nos faz recordar que a proposta de uma ciência social não parcelar já estava presente nos escritos de Marx, notadamente em sua noção de “formação econômico-social”. Concepção fundamental para uma compreensão capaz de dialeticamente dar conta desse encontro perverso de tempos e espaços distintos e distantes, próprios da modernidade. Encontros compulsórios com os quais todos nós, sujeitos históricos, alienados, nos deparamos constantemente. Inserções violentas que nos fazem viver simultaneamente relações sociais de datas históricas completamente distintas (p.145).

Ao compreendermos dialeticamente a vida cotidiana, perceberemos que esses homens simples, à margem da História, vivem o cotidiano e não por isso deixam de viver a História. Esse estar e ser na História, estando e sendo alienado e excluído a um só tempo, só é possível porque

é dessa forma (alienada) que a História se manifesta no vivido. A densidade e a complexidade da alienação em que as pessoas estão mergulhadas fazem com que o cotidiano seja em sua vida diária, no agito imediato, mais importante do que a presença *consciente* dos processos históricos (p.151, ênfase minha).

Martins tem por objetivo recuperar a tradição como forma de ação (*práxis e poiésis*) e não como mera expressão do atraso. Para tal, lança mão da filosofia política e politizada de Henri Lefebvre, para quem “a noção (e não o conceito) de cotidiano só tem consistência se se levam em conta as contradições do processo histórico que o reproduz” (p.102).

Mas, quais seriam essas contradições? Por que o atraso “persistiria”? Por que a modernidade se apresenta ainda hoje como arremedo, como algo posticho entre nós? Martins é implacável neste ponto. Segundo o autor não deveríamos nos esquecer, quando defrontados com esses debates aparentemente tautológicos ou ingênuos, que “a chamada acumulação primitiva de capital, na

Antonádia Monteiro de Barros

periferia do mundo capitalista, não é um momento precedente do capitalismo, mas é contemporânea da acumulação capitalista propriamente dita ...” (p.37). Assim, o que deve ser compreendido como característico da modernidade é tão somente a indiferença de um mundo pelo outro, esse convívio *blasé* de “estranhos que não se estranham”.

A “chegada do estranho” só é sentida onde essa *bricolage* ainda não se tornou o estilo alienado de viver e pensar. E, é justamente nesses espaços de passado, de pré-modernidade, que floresce a esperança. Essa visão de mundo relutante fora identificada por exemplo por Claude Lévi-Strauss quando este cá esteve. A efemeridade, traço marcante do Brasil para o antropólogo francês, não apenas denunciava o pensamento selvagem próprio do *bricoleur*, do homem simples, do sujeito dotado de uma “mentalidade primitiva” (não regida pela razão “científica”), mas desnudava também as incoerências da modernidade, a violência do novo sobre o velho, de alguns poucos contra a maioria, tudo isso sustentado e fomentado por um Estado que não detinha ou detém sequer o monopólio (legítimo) da violência (legítima).

A ética da modernidade é mesmo a da desumanização e a miséria é um de seus componentes. O que (nos) causa incômodo é sua visibilidade e não sua existência. Para dar provas disso, Martins arrola inúmeros casos em que o Estado, ou suas extensões, declara vazios os espaços ocupados pelos pobres. O autor não deixa de lamentar nossa condição de “vítimas da modernidade” (p.25) mas, como ele mesmo frisa, “a verdadeira dialética” não se deve resignar à mera oposição mas, sim, investigar e explicar aquilo que nos revolta (p.158). E, para se realizar tal tarefa compreensiva, é absolutamente necessário termos uma inteligência histórica, uma inteligência que alcance o distanciamento.

Ao primar pelo distanciamento, e talvez especialmente por isso, Martins consegue ser verdadeiramente comprometido. Há muito o autor se debruça sobre aquilo que normalmente se impugna como sendo o paradoxo da América Latina: seu atraso em relação à modernidade capitalista. Para Martins esse “atraso” só se configura

Estudos de Sociologia

como anomalia para os que vêem o choque de temporalidades, a tradição que não se curva às benesses do moderno, a partir do ponto de vista fantasioso e etnocêntrico (ou eurocêntrico) da modernidade.

O tempo da tradição do homem simples só se torna lento em relação ao tempo e ao espaço do estranho. E esse “atraso” seria pois um descompasso que, afortunadamente, “cria necessidades sociais que são necessidades radicais, isto é, necessidades que só podem ser satisfeitas mediante profundas transformações sociais” (p.148).

Exatamente por serem intrínsecos à realidade social, esses descompassos não devem ser abstraídos da teoria social. Mesmo investigações de historiadores comprometidos com a história do homem simples europeu não podem ser transplantadas *ipsis litteris* para o caso latino-americano, pois correm o risco de serem tão violentas e arbitrárias quanto qualquer outra teoria política iluminista. Esse é um dos pontos fulcrais de seu debate com o historiador Ronaldo Vainfas, no quarto capítulo do livro.

Conforme o autor, novos objetos de conhecimento não surgem no âmbito das ciências sociais sem que “se proponham, também, de certo modo, à consciência do homem comum” (p.95). Martins sustenta que esse senso comum aponta para uma operação rara no caso das ciências sociais que é a *transdução*, como definida por Lefebvre, ou seja, uma construção de um objeto virtual que realiza o possível a partir do real.” (p.66). Segundo Martins a importância do senso comum reside no fato de este ser uma espécie de método de conhecimento, necessário ao próprio modo de conhecer das ciências sociais.

É preciso enfatizar que esse senso comum não é a opinião banalizada difundida por mecanismos de alienação, mas o próprio senso, a razão e o simbolismo do homem simples, o modo de conhecer que lhe é peculiar. Por isso a importância da recuperação do tradicional, pois “não é o moderno que incorpora o tradicional e

Antonádia Monteiro de Barros

popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser ...” (p.53).

“A modernidade se apresenta, assim, como a máscara para ser vista” (p.39). A imitação, o simulacro, o uso tradicional (e por isso não racional, não cartesiano ou iluminista) do moderno nos deixa invariavelmente a meio caminho ou, para usar uma ambigüidade instauradora que perpassará todo o livro, no meio da travessia. Travessia que nada mais é do que uma inconclusa passagem a ligar dois pontos inencontráveis.

Neste simulacro nos deparamos também com as formas locais, vistas como frankensteinianas ou não, de democracia e cidadania. Por exemplo, acerca de seus estudos sobre a vida cotidiana e História nos subúrbios, Martins faz questão de enfatizar que algo que contemporaneamente se nomeia como novo rural já se impunha no século XVIII. Segundo Martins, a vida suburbana não é “nem rural nem urbana” (p.153), pois nesta “a mão-de-obra dos vários membros da família [se divide] entre agricultura, artesanato e indústria, na mesma localidade” (p.138).

Fortemente inspirado nas obras de Henri Lefebvre sobre essa temática, Martins realiza ao longo dos artigos um encontro feliz entre sua experiência social e sociológica, lançando luz sobre o que a seu ver constituem-se graves equívocos cometidos por sociólogos e historiadores em suas “fantasias intelectuais” acerca dos pobres: “Tenta-se apresentar uma equivocada versão de esquerda da história de uma classe operária confusamente dividida, na verdade, entre esquerda e direita, entre socialismo e fascismo, entre ateísmo e catolicismo, entre o urbano e o rural ...” (p.130).

Ao apontar-nos algumas experiências inspiradoras, Martins ressalta movimentos sociais, de ontem e de hoje, nos quais surgem, como no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, “novos sujeitos históricos” (p.169), constituindo “agentes ... de mobilização da sociedade civil contra as aberrações antidemocráticas e antimodernas de um Estado ainda amarrado a fortes estruturas oligárquicas” (p.46).

Estudos de Sociologia

Para Martins, aqueles que condenam o “atraso” não o fazem apenas por má-fé: a modernidade é mesmo “o reino do cinismo” (p.21). Do contrário, como poderíamos continuar a viver impassíveis, fomentando a “economia” ou a “engenharia social”, quando a violência e o primitivismo da acumulação originária não cessam de acontecer? Quando a escravidão é uma realidade?

Enfim, José de Souza Martins nos oferece o sábio conselho de aproveitarmos o dia, a noite ou o final do dia (como o retratado, em foto do autor, na capa do livro) para observarmos a História, esta que não está em outro tempo, que não é outra coisa senão vida, vida cotidiana.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.* São Paulo, HUCITEC, 2000. 210 pp.